

O PROCESSO

de Franz Kafka
(1883 – 1924)

Resumo da Narrativa

“O Processo”, que começou a ser escrito na segunda semana de agosto de 1914, está entre as obras de Kafka não publicadas em vida cujos manuscritos deveriam ter sido destruídos por Max Brod a pedido escrito do autor. Apesar disso, Brod decidiu editá-la, tendo de lidar com o fato de os capítulos não estarem revistos e numerados e vários deles estarem incompletos. O texto trabalhado por Max Brod, chamado “edição definitiva”, no entanto, tem aspectos discutíveis, quando é levada em conta a coerência interna da obra. Segundo certos estudiosos, o capítulo quarto poderia estar melhor entre o primeiro e o segundo e o capítulo nono talvez devesse ser o capítulo sétimo. Alimentadas pela polêmica, há outras edições da obra com uma ordem diferente de capítulos, como a edição francesa. Estas outras edições são chamadas “edições críticas” ou “edições Fischer”.

O presente resumo é baseado na tradução de Modesto Carone (Companhia das Letras, São Paulo, 2004), por sua vez feita a partir da edição definitiva de Max Brod. Os títulos dos capítulos correspondem aos nomes sobrescritos por Kafka nos envelopes onde estavam guardados separadamente os capítulos originais.

Além da polêmica sobre a ordem dos capítulos, existem fragmentos, não resumidos aqui, de outros capítulos planejados para a obra que não puderam ser aproveitados no corpo do romance.



Capítulo Primeiro

Detenção. Conversa com a senhora Grubach. Depois com a senhorita Bürstner.

“Alguém certamente havia caluniado Josef K., pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum. A cozinheira da senhora Grubach, sua locadora, era a pessoa que lhe trazia o café todos os dias por volta das oito horas, mas dessa vez ela não veio. Isso nunca tinha acontecido antes.” (pág. 9)

Joseph K., o herói da narrativa, acorda na manhã do seu trigésimo aniversário na expectativa de receber seu café da manhã, trazido pela cozinheira Anna, como todos os dias. O que ele recebe, na verdade, são dois agentes policiais, Franz e Willem, que lhe comunicam sua prisão.

“-Não – disse o homem junto à janela, atirando o livro sobre uma mesinha enquanto se erguia. – O senhor não tem permissão para sair. O senhor está detido.

- É o que parece – disse K. – Mas por quê? – perguntou então.

- Não fomos incumbidos de dizê-lo. Vá para o seu quarto e espere. O procedimento acaba de ser iniciado e o senhor ficará sabendo de tudo no devido tempo. Ultrapasso os limites do meu encargo quando me dirijo com tanta amabilidade ao senhor. Mas espero que ninguém mais ouça, além de Franz, e até ele é amável com o senhor, contra todos os regulamentos. Se continuar tendo tanta sorte como na indicação dos seus guardas, pode ficar confiante.

K. desejava sentar-se, mas viu então que não havia outro assento na sala além da cadeira perto da janela.

– O senhor ainda vai perceber como tudo isso é verdade – disse Franz, andando ao mesmo tempo que o outro homem em direção a K.” (págs 11-12)

Josef K., vestido com um camisolão, protesta, pede para falar com o chefe deles, pensando tratar-se de uma piada de alguém do banco, onde ele trabalha em *“posto relativamente alto”*. Os agentes tentam ficar com as roupas debaixo dele – já que no depósito seriam inevitavelmente roubadas - comem o seu café da manhã e pedem-lhe dinheiro para comprar-lhe um lanche num café decadente do outro lado da rua.

Já em traje negro, encontra, no quarto ao lado, da senhorita Bürstner, o inspetor que lhe confirma a prisão, mas não lhe comunica a razão.

Não posso absolutamente lhe dizer que é acusado, ou melhor: não sei se o é. O senhor está detido, isso é certo, mais eu não sei. Talvez os guardas tenham tagarelado outra coisa, mas aí foi só tagarelice. Mesmo, porém, que eu não responda às suas perguntas, posso entretanto aconselhar o senhor a pensar menos em nós e no que vai acontecer e mais em si mesmo. E não faça tanto alarde do seu sentimento de inocência, isso perturba a impressão não exatamente má que de resto o senhor transmite. Deveria também ser mais reservado ao falar; quase tudo o que disse antes poderia ter sido deduzido do seu comportamento, ainda que tivesse dito apenas algumas palavras; além disso, não foi nada de extremamente favorável para o senhor.” (pág. 22)

Junto com o inspetor estão três funcionários subalternos do Banco, Rabensteiner, Kaminer e Kullich que olham com curiosidade as fotografias na parede do quarto da senhorita Bürstner. Assim que K. os reconhece, os despacha com irritação. Na sua opinião, Rabensteiner é preguiçoso, Kaminer é patético e Kullich estúpido. Josef parte para o trabalho, apesar de estar detido.

“- Como posso ir ao banco se estou detido?

- Ah, sim – disse o inspetor, que já estava perto da porta. – O senhor me entendeu mal. É claro que o senhor está detido, mas isso não deve impedi-lo de exercer sua profissão. Tampouco deve ficar tolhido no seu modo de vida habitual.

- Então estar detido não é tão ruim – disse K. e se aproximou do inspetor.

- Nunca afirmei o contrário – replicou este.” (pág. 25)

Ao voltar para casa naquela noite, tendo esquecido do compromisso marcado com sua namorada Elsa, que trabalha num cabaré, conversa com a locatária, a senhora Grubach. Pede desculpas pela confusão; ela diz estar tudo bem, mas insinua que as razões da detenção podem estar ligadas a uma eventual relação de K. com sua vizinha, cujos hábitos noturnos ela condena. Josef K., que quase nunca fala com a vizinha, a interrompe: *“A senhora está indo por um caminho inteiramente errado – disse K. furioso e quase incapaz de escondê-lo”*. Vai para o quarto, mas não consegue dormir. Fuma um charuto e às onze e meia, a senhorita Bürstner, uma datilógrafa, chega em casa. Josef, percebendo os ruídos, vai falar com ela e relata-lhe os acontecimentos da manhã. Como o quarto havia sido totalmente arrumado pela senhora Grubach, a datilógrafa não parece interessada e responde com comentários vazios para se livrar dele. Uma forte batida na porta do quarto ao lado os interrompe e Josef sai se desculpando, não sem antes agarrá-la e beijá-la com grande atrevimento.

“- Já vou – disse K.; correu para a frente, agarrou-a, beijou-a na boca e depois no rosto inteiro, como um animal sedento que passa a língua sobre a fonte de água finalmente encontrada.” (pág. 43)

Capítulo Segundo

Primeiro Inquérito

Josef K. recebe ligação no escritório que o manda comparecer, sem dizer a hora, à rápida audiência no domingo, dia que teria sido escolhido para não perturbá-lo na sua vida profissional. Tentando adivinhar o horário do compromisso, ele comparece ao endereço indicado num subúrbio pobre e descobre tratar-se de um grande prédio residencial, sem placas que indicassem uma repartição pública. Josef erra pelo prédio.

“... brincando mentalmente com a lembrança de uma expressão do guarda Willem, segundo a qual o tribunal é atraído pela culpa, de onde, na verdade, se seguia que a sala de audiência deveria ficar na escada que K. escolhesse ao acaso.” (págs. 49-50)

Uma pequena mulher lavando roupas de criança finalmente indica o tribunal. A corte está acomodada numa pequena sala superlotada com teto baixo, onde só se consegue ficar em pé com as costas batendo no alto. Há um magistrado baixinho, gordo e ofegante acomodado sobre um tablado e uma audiência de homens vestidos de preto, idosos na maioria, de aparência importante. Josef K. é censurado por ter chegado atrasado e lhe é perguntado se é pintor de paredes. Irritado, declara que é primeiro procurador de um grande banco. Aproveita para declarar à audiência o quanto aquela corte é ridícula e confusa; diz que a coisa toda é uma farsa, uma conspiração e que não viria mais a inquéritos.

“- Não há dúvida – disse K. em voz bem baixa, pois a escuta tensa de toda a assembléia lhe dava prazer, emergia desse silêncio um sussurro mais estimulante que o aplauso mais arrebatado -, não há dúvida de que por trás de todas as manifestações deste tribunal, no meu caso por trás da detenção e do inquérito de hoje, se encontra uma grande organização. Uma organização que mobiliza não só os guardas corrompíveis, inspetores e juízes de instrução pueris, no melhor

dos casos simplórios, mas que, além disso, de qualquer modo, sustenta uma magistratura de grau elevado e superior, com o seu séquito inumerável e inevitável de contínuos, escriturários, gendarmes e outros auxiliares, talvez até de carrascos, não recuo diante dessa palavra. E que sentido tem essa grande organização, meus senhores? Consiste em prender pessoas inocentes e mover contra elas processos absurdos e na maioria das vezes infrutíferos, como no meu caso. Diante dessa falta de sentido do conjunto, como evitar a pior das corrupções entre os funcionários? É impossível, nem o supremo magistrado teria êxito. É por isso que guardas tentam roubar a roupa do corpo dos detidos, é por isso que inspetores invadem casas alheias, é por isso que inocentes devem ser aviltados, ao invés de inqueridos diante de assembléias inteiras. Os guardas só falaram em depósitos, para os quais se leva a propriedade dos detidos; eu gostaria de ver uma vez esses lugares, onde apodrecem os bens duramente conquistados dos detidos, quando não são furtados por funcionários gatunos.”
(págs. 61-62)

Josef K. e a sessão são interrompidos por chiados produzidos por um homem que havia puxado a lavadeira para dentro da sala, a levava para um canto e a comprimia contra a parede. Na medida em que a cena começa a crescentemente chamar a atenção, e a sessão se dissolve, K. abre caminho pela multidão e vai embora, não sem antes ouvir do juiz de instrução postado à porta:

*“- Só queria chamar a sua atenção – disse o juiz – para o fato de que o senhor hoje – isso ainda não deve ter chegado à sua consciência – se privou da vantagem que um inquérito, de qualquer modo, representa para o detido.
K. riu, fitando a porta.
- Seus vagabundos – exclamou -, podem ficar com todos os seus inquéritos.”*
(pág. 64)

Capítulo Terceiro

Na sala de audiência vazia. O estudante. Os cartórios.

Arrependido, no domingo seguinte, K. decide voltar à corte para conversar com o juiz de instrução, mas não acha ninguém, exceto a mesma mulher da semana anterior. Não há pessoas na sala, mas o ambiente agora é uma residência com móveis e utensílios domésticos. Ela explica que mora ali com o marido, mas desocupa inteiramente a sala nos dias de audiência. Desculpa-se pela confusão da semana anterior e culpa Bertold, um estudante de direito, que a tem perseguido apesar de ela ser casada com um oficial de justiça. Imaginando tratar-se de livros técnicos, Joseph examina os livros deixados pelo juiz sobre a mesa e conclui que ele tem gosto por literatura erótica. Um deles chama-se “Os tormentos que Grete teve de sofrer com seu marido Hans”. A lavadeira propõe-se a ajudar, alegando ter grande influência sobre o juiz de instrução, comentando que, depois da audiência, o magistrado havia escrito um relatório sobre o caso dele e depois tinha vindo vê-la dormir junto do marido. Seu prestígio seria tão grande que o juiz até lhe teria dado meias de seda. Ela as mostra com orgulho, mas comenta desanimadamente que as meias seriam inadequadas para ela. A mulher oferece-se: “*Se me levar, vou aonde quiser, pode fazer comigo o que quiser, serei feliz se ficar o maior tempo possível longe daqui, de preferência*

para sempre". Neste momento, Bertold, o estudante, que havia entrado na sala e os observava de longe, intervém. Bertold e Josef discutem.

*"-Não deveriam tê-lo deixado circular com tanta liberdade – disse o estudante, como se quisesse dar à mulher uma explicação para as palavras ofensivas de K. - , foi um erro. Eu disse isso ao juiz de instrução. Precisavam no mínimo retê-lo no seu quarto entre os inquéritos. Às vezes o juiz de instrução é incompreensível.
- Conversa inútil – disse K. e estendeu a mão para a mulher. – Venha.
- Ah, isso não – disse o estudante. – Com ela você não fica, não."* (pág. 75)

O estudante a agarra e a leva embora, supostamente para o juiz de instrução. K. os persegue pelo prédio, mas os perde de vista.

Sem saber o que fazer, Josef encontra um aviso de "Acesso aos cartórios dos tribunais". Enquanto medita sobre as diferenças nas precárias instalações daquele lugar comparadas às confortáveis do banco, aparece o oficial de justiça, marido da lavadeira, que o reconhece e reclama de Bertold estar perseguindo sua mulher (apesar de ela o aceitar de bom grado, já que o estudante é alguém que poderá ser juiz um dia) e como adoraria que K. desse uma lição no universitário.

*"- Por que logo eu? – perguntou K. atônito.
- O senhor é um acusado – disse o oficial de justiça.
- Sim – disse K. – mas por isso mesmo deveria ter mais medo de que ele influenciasse, se não o resultado do processo, pelo menos o sumário de culpa.
- Sem dúvida – disse o oficial de justiça, como se o ponto de vista de K. fosse tão correto quanto o seu. – Mas, via de regra, entre nós não se movem processos à toa."* (pág. 80)

Ambos caminham conversando pelo labirinto de cartórios escuros no prédio. No percurso dão com uma sala de espera onde homens esperam para receber notícias de seus casos e se levantam respeitosamente quando os dois passam.

*"- Como eles devem estar humilhados.
- Sim – disse o oficial de justiça -, são acusados, todos os que o senhor está vendo aqui são acusados."* (pág. 82)

K. desvencilha-se do oficial de justiça e tenta sair imediatamente, mas se perde. Vai ficando crescentemente indisposto com o peso do ar irrespirável dos cartórios e começa a perder os sentidos, senta-se e é atendido por uma escriturária e por um encarregado das informações.

*"Mas a jovem foi a primeira a reconhecer que a base do comportamento de K. era um ligeiro mal-estar; ela trouxe uma cadeira e perguntou:
- O senhor não quer se sentar?
K. sentou-se imediatamente e, para ter uma sustentação melhor, apoiou os cotovelos no braço da cadeira.
- O senhor está com um pouco de tontura, não é? – perguntou a K.
Agora o rosto dela estava próximo a ele, mostrava a expressão severa que algumas mulheres têm justamente na flor da juventude."*

- Não se preocupe – disse ela -, aqui isso não é nada de extraordinário, quase todos têm um acesso desses quando vêm para cá pela primeira vez”. (pág. 87)

Josef é finalmente conduzido para fora do prédio, trêmulo e decidido a não voltar mais.

“Estava como que mareado. Acreditava encontrar-se num navio em mar grosso. Para ele, era como se a água se precipitasse contra as paredes de madeira, como se do fundo do corredor chegasse um estrondo de águas dobrando sobre si mesmas, como se o corredor balançasse no sentido da sua largura, e como se as partes interessadas subissem e descessem dos dois lados. Por isso, tanto mais incompreensível parecia a tranquilidade da moça e do homem que o conduziam. Ele estava entregue aos dois, se eles o largassem, cairia como uma tábua. Dos pequenos olhos de ambos partiam de cá para lá olhares agudos; K. sentia as passadas regulares dos dois, sem poder acompanhá-los, pois era arrastado quase passo a passo. Finalmente notou que os dois falavam com ele, mas não os entendia, só ouvia o barulho que preenchia tudo e através do qual, como uma sirene, um som alto e imutável parecia retinir.” (pág. 93)

Capítulo Quarto

A amiga da senhorita Bürstner (fragmento).

Josef tenta falar com a senhorita Bürstner de novo, mas ela nunca está. O procurador envia-lhe cartas que ela não responde. Certo dia, percebe ruídos no quarto ao lado e descobre que a senhorita Montag, uma professora de francês *“frágil, pálida, que mancava um pouco”*, estava se mudando do seu próprio quarto para morar com a senhorita Bürstner. Josef interroga a senhora Grubach, que lhe confirma a mudança. K. imagina uma manobra para dificultar-lhe o acesso à vizinha e procura a senhorita Montag que, na sala de refeições, não lhe explica a razão da mudança, mas lhe diz que a senhorita Bürstner não quer falar com ele. A senhorita Montag parece esconder alguma participação no assunto do capitão Lanz, sobrinho da senhora Grubach que mora na casa. Josef K. medita no significado de tudo aquilo.

Capítulo Quinto

O espancador.

Certa noite, ao sair do banco, K. ouve gemidos atrás de uma porta que supunha ser um quarto de despejo. Abre a porta e encontra Franz e Willem, os guardas que o prenderam no dia de seu aniversário, sendo surrados com uma vara por um homem vestido *“numa espécie de roupa escura em couro, que deixava o pescoço nu até o peito e os braços inteiramente à mostra”*. O pequeno e baixo quarto está iluminado apenas por uma só vela. A dupla explica: *“Senhor, devemos ser espancados porque se queixou de nós para o juiz de instrução”*. Franz e Willem pedem-lhe que interceda por eles, contam os seus problemas, mas o carrasco está obstinado em cumprir o seu dever. Josef tenta suborná-lo, mas ele não aceita, com medo de ser denunciado também. Por fim, tenta retirá-los do quarto, mas é impedido. Com a chegada de funcionários, atraídos por um grito de Franz, K. sai do quarto, para impedir que os contínuos ainda

remanescentes no prédio o surpreendam negociando com aquela gente. Como não consegue esquecer o episódio, no dia seguinte à mesma hora volta ao quarto e dá com a mesma cena. Desta vez, bate a porta e grita para alguém limpar o quarto.

Capítulo Sexto

O tio. Leni.

O tio e antigo tutor de Josef, Karl K. (ou Albert K.), um pequeno proprietário rural, o visita no escritório. Avisado da situação de Josef por Erna, sua filha que morava numa cidade próxima a Praga (a mesma onde morava a mãe de K.), veio do interior, preocupado com o caso do sobrinho e se oferece para ajudá-lo.

“- Josef – exclamou o tio querendo se desvencilhar dele para poder ficar parado ,mas K. não o deixou -, você está mudado, sempre teve uma capacidade de compreensão tão correta, e logo agora ela o abandona? Quer perder o processo? Sabe o que isso significa? Significa que vai ser simplesmente riscado do mapa. E que todos os parentes também serão arrastados, ou pelo menos humilhados até o chão. Josef, concentre-se. Sua indiferença me tira do sério. Quando se olha para você, quase que se acredita no ditado: ‘Ter um processo desses já significa tê-lo perdido.’” (pág. 121)

Nos mesmos subúrbios onde ficam os cartórios, vão juntos visitar um velho colega de escola do tio, o advogado Huld, que está muito doente, mas que conheceria bem o caso de Josef. Após alguma demora à porta, são conduzidos, à luz de vela, ao quarto do causídico por Leni, uma jovem enfermeira. Huld, que fez carreira defendendo os pobres, está na cama e começa a conversa dizendo conhecer o caso de K. porque, sendo advogado, recebe freqüentemente a visita de *“bons amigos do tribunal”*, como naquele momento.

*“E apontou para um canto escuro do quarto.
- Mas onde? – perguntou K., quase grosseiro, no primeiro momento de surpresa. Inseguro, olhou em volta; a luz da pequena vela nem de longe chegava a penetrar até a parede do outro lado. E de fato algo lá no canto começou a se mexer. Á luz da vela, que o tio agora segurava alto, via-se ali, junto a uma pequena mesa, um senhor idoso sentado. Certamente, ele não tinha nem respirado para ficar tanto tempo sem ser percebido. Levantou-se, então, com cerimônia, obviamente insatisfeito com o fato de lhe dirigirem a atenção. Era como se quisesse repelir com as mãos, que ele movimentava como asas curtas, todas as apresentações e cumprimentos; como se de alguma forma quisesse perturbar os outros com a sua presença e pedisse urgentemente que o mandassem de novo para o escuro e o esquecessem. Agora porém não podiam mais lhe conceder isso.” (pág. 130)*

Huld, Karl e o chefe do cartório conversam, mas a mente de Josef está fixada em Leni, a enfermeira que lhes havia aberto a porta. No meio da conversa, há ruído de louça quebrando na ante-sala e K. sai para investigar, descobrindo que Leni só queria ficar sozinha com ele: *“...só atirei um prato contra a parede para fazê-lo sair”*. Ela quer que ele goste dela, mas ele está mais

interessado no seu próprio caso. Por exemplo, há na parede um retrato de um juiz. Será este o seu juiz? Não, explica Leni, trata-se apenas de um juiz de instrução querendo parecer importante. Na verdade, tratava-se de um anão. Leni o aconselha a confessar e não ser tão inflexível.

“- Quem disse isso? – perguntou K., sentindo o corpo dela no seu peito e olhando de cima o seu cabelo abundante, escuro, firmemente trançado.

- Revelaria coisas demais se o dissesse – respondeu Leni. Por favor, não pergunte nomes, mas corrija os seus erros, não seja mais tão inflexível, contra esse tribunal não é possível se defender, é preciso fazer uma confissão. Na próxima oportunidade, faça essa confissão. Só aí existe a possibilidade de escapar – só aí. No entanto, mesmo isso não é possível sem ajuda externa, mas não precisa se angustiar por causa dessa ajuda, eu mesma vou providenciá-la.” (pág. 135)

Ela quer saber tudo sobre Elsa, a namorada de K., e ele lhe mostra uma fotografia. Leni pergunta se ele não gostaria de trocar a garçonete por uma namorada melhor e pergunta-lhe se Elsa teria algum defeito físico como ela, mostrando-lhe os dedos unidos por uma membrana. Josef olha a mão e a beija. Ela o puxa para o chão e eles transam. Leni lhe dá uma cópia da chave da casa, dizendo-lhe que viesse quando quisesse. Na saída da casa do advogado, K. reencontra seu tio que o repreende por ficar farreando com a óbvia amante do advogado, no lugar de se dedicar ao seu caso.

“- Jovem – bradou ele -, como pôde fazer isso? Você prejudicou terrivelmente sua causa, que estava no bom caminho. Esconde-se sorrateiramente com uma coisinha suja, que além do mais é certamente amante do advogado, e fica fora durante horas. Nem mesmo procura um pretexto, não oculta nada, não, age abertamente, corre para ela e permanece com ela. E enquanto isso, ficamos sentados o tio, que se esforça por você, o advogado, que deve ser conquistado para a sua causa, e sobretudo o chefe de cartório, esse grande senhor, que domina diretamente o seu caso na fase em que ele se encontra.” (págs. 138-139)

Capítulo Sétimo

O advogado. O industrial. O pintor.

K. está agora completamente obcecado com o seu caso que já dura seis meses. Ocasionalmente reúne-se com o advogado Huld que lhe diz estar fazendo tudo o que pode, mas que as coisas têm de ir devagar. Alega ser preciso preparar muito bem a petição inicial, porque dela depende o rumo de todo o processo e, além disso, considerar que *“a defesa, na verdade, não é realmente admitida pela lei, apenas tolerada, e há controvérsia até mesmo em torno da pertinência de deduzir essa tolerância a partir das respectivas passagens da lei”*. Na verdade, advogados em geral, frente ao tribunal, são tratados como rúbulas:

“Naturalmente isso produz um efeito muito degradante sobre toda a categoria, e se proximamente K. for aos cartórios do tribunal, pode dar uma olhada na sala dos advogados, simplesmente para tê-la visto. É provável que ficará assustado diante das pessoas que estão ali reunidas. O próprio cômodo, estreito e baixo,

destinado a eles, mostra o desprezo que o tribunal tem por essas pessoas. A luz só chega por uma pequena lucarna, colocada tão alto que, se alguém quisesse olhar para fora – aliás recebendo no nariz a fuligem de uma chaminé instalada bem em frente e sujando o rosto de preto – precisa primeiro procurar um colega que o carregue nas costas. No chão desse cubículo – para citar apenas mais um exemplo desse estado de coisas – existe, já faz mais de um ano, um buraco, não tão grande que um homem pudesse cair por ele, mas o suficiente para que nele afunde por completo uma perna. A sala dos advogados está situada no segundo sótão; se portanto alguém afunda, a perna fica pendurada no primeiro, ou seja, justamente no corredor onde as partes interessadas esperam.” (pág. 143)

Huld explica que é preciso compreender como as coisas funcionam de verdade e também saber quem “mexe os pauzinhos”. Sem isso, o caso estaria perdido. K. não consegue entender bem o que ele quer dizer e vai ficando impaciente. Está sobretudo incomodado com o fato de o advogado não lhe perguntar nada concretamente. Como nada está acontecendo, julga que o advogado não está trabalhando e decide fazer mais por conta própria.

No trabalho, Josef K. sente-se crescentemente “ameaçado” pelo diretor adjunto e pela imprevisibilidade de sua situação (*“que obstáculo tinha sido lançado de repente na carreira de K.!”*). Um dos seus clientes, um industrial, diz conhecer seu caso (*“Há tanta gente ligada ao tribunal”*) e lhe indica o pintor Titorelli, que ganha a vida fazendo retratos de juizes, como alguém que pode ajudá-lo; entrega-lhe uma carta de apresentação. Josef K. decide visitar o pintor imediatamente, apesar de desconfiar que o diretor adjunto esteja louco para ficar com os clientes dele que esperam na ante-sala: *“Como o diretor adjunto sabia se apropriar de tudo o que K. agora tinha forçosamente de renunciar”*.

Dirigindo-se na direção oposta à dos cartórios, encontra o pintor num decrépito, abafado e minúsculo ateliê, cercado por um bando de meninas que querem saber por que K. está ali. Titorelli o recebe expulsando as meninas e reclamando: *“Ah, as canalhinhas”*. No cavalete, Josef observa mais um quadro de um juiz. Quem é ele?

“- É a Justiça – disse finalmente o pintor.

- Agora já a reconheço – disse K. – Aqui está a venda nos olhos e aqui a balança. Mas com asas nos calcanhares e em plena corrida?

- Sim – disse o pintor -, tive de pintar assim por encomenda; na verdade é a Justiça e a deusa da Vitória ao mesmo tempo.

- Não é uma boa vinculação – disse K. sorrindo. – A Justiça precisa estar em repouso, senão a balança oscila e não é possível um veredicto justo.

- Eu me submeto ao meu cliente – disse o pintor.

- Não há dúvida – disse K., que não queria melindrar ninguém com a sua observação. – O senhor pintou a figura como ela realmente fica no trono?

- Não – disse o pintor. – Não vi a figura nem o trono, tudo é invenção, mas me indicaram o que eu tenho de pintar.

- Como? – perguntou K.; agiu premeditadamente como se não compreendesse bem o pintor. – Não é de fato um juiz que está sentado na cadeira?

- Sim – disse o pintor. – Mas não é um alto magistrado, e nunca esteve sentado numa poltrona assim.

- E faz-se pintar numa postura tão solene? Está sentado aí como um presidente de tribunal.

- Sim, esses senhores são vaidosos.” (págs. 177-178)

Josef e Titorelli começam a conversar sobre o caso, interrompidos às vezes pelas meninas que perguntam se K. já havia ido embora. “*Sou completamente inocente*”, afirma. “*Bom*”, diz Titorelli.

“_ Se o senhor é inocente, então o caso é muito simples.

O olhar de K. se turvou, aquele suposto homem de confiança do tribunal falava como uma criança insciente.

- Minha inocência não simplifica o caso – disse K. Apesar de tudo, teve de sorrir e sacudiu a cabeça devagar.

- Depende de muitas coisas sutis, nas quais o tribunal se perde. Mas no final emerge, de alguma parte onde originariamente não existia nada, uma grande culpa.” (pág. 181)

Josef K. pede uma ajuda porque a esta altura já sabe que só com dificuldade o tribunal pode ser dissuadido de suas convicções. Titorelli lhe diz que a corte não pode ser dissuadida de modo nenhum e que possui tudo, incluindo as meninas lá fora: “*Tudo pertence ao tribunal*”. Na verdade, o tribunal é inacessível às provas que lhe são apresentadas, mas não às provas apresentadas fora dele, como naquele ateliê e por isso Titorelli pode ajudar.

“- Esqueci de lhe perguntar primeiro que tipo de libertação deseja. Existem três possibilidades, ou seja, a absolvição real, a absolvição aparente e o processo arrastado. Naturalmente o melhor é a absolvição real, só que não tenho a mínima influência sobre esse tipo de solução. Na minha opinião, não existe nenhuma pessoa que pudesse ter influência sobre a absolvição real. Provavelmente, aqui decide apenas a inocência do acusado. Uma vez que o senhor é inocente, seria de fato possível que confiasse apenas na sua inocência. Mas aí já não precisa de mim nem de qualquer outra ajuda.” (págs. 185-186)

Titorelli lhe explica que não há absolvição definitiva, pelo menos ele nunca soube de uma. Absoluções aparentes são possíveis, mas não garantem uma segunda detenção, um segundo julgamento e nova aparente absolvição e assim por diante. Por isso mesmo elas são aparentes.

Após receber ensinamentos sobre o funcionamento da corte, e não suportando mais o ar carregado e quase irrespirável do ateliê, K. prepara-se para sair. Antes Titorelli o convence a comprar algumas paisagens, justamente aquelas “*de aspecto sombrio*”. Para evitar o assédio das meninas, Josef sai pela porta dos fundos, que só consegue acessar equilibrando-se em cima da cama do pintor e, ao chegar ao outro lado, adentra um cartório do tribunal. Ante o espanto do procurador, Titorelli comenta: “*Não sabia que aqui há cartórios? Eles estão em quase todos os sótãos, por que deveriam faltar logo aqui? O meu ateliê também faz parte dos cartórios, mas o tribunal colocou-o à minha disposição*”.

K. havia se espantado não com o cartório em si, mas com o fato de estar sendo sempre surpreendido. Cambaleando de mal estar, assediado pelas meninas que haviam dado a volta, Josef encontra a saída com dificuldades e toma um táxi, livrando-se do oficial de justiça que o

ajudava a carregar os quadros a pedido de Titorelli. Volta para o banco e esconde os quadros na gaveta da mesa.

Capítulo Oitavo

O comerciante Block. Dispensa do advogado. (inacabado)

K. está impaciente com o advogado Huld e decide descontratá-lo. Vai à casa dele comunicar-lhe a decisão. Ao chegar, surpreende Leni de camisola com um *“homem pequeno e seco, de barba cheia, que segurava uma vela”*. Ao ver K., Leni sai correndo e some. O homem chama-se Rudi Block e é comerciante de grãos. E também é cliente do advogado. Josef dirige-se à cozinha, onde Leni, recomposta, está fazendo sopa para o advogado. Pergunta-lhe se eles são amantes, mas ela desconversa, dizendo que há novidades sobre o caso dele. Josef não acredita e Leni sai com a sopa.

Enquanto esperam Leni voltar, Josef K. e Rudi Block conversam e o comerciante conta que o caso dele já durava cinco anos e segreda-lhe que havia colocado outros cinco advogados na causa: *“Além dele, tenho mais cinco rábulas”*. Na verdade, estava negociando a contratação de um sexto. Block não tem outro assunto na cabeça: *“Quando se quer fazer algo pelo seu processo, só pode se ocupar pouco de outras coisas”*. Também diz que sempre corre todos os cartórios em busca de notícias e numa dessas visitas tinha visto Joseph K. Finalmente comenta uma velha superstição entre os acusados de que o destino do processo dependeria da forma dos lábios do acusado. Por aquele critério, segundo alguns, K. estaria perdido.

De volta à cozinha, Leni anuncia a K. que o advogado o esperava. Antes de ele sair, Leni conta que Block morava na casa, porque o advogado era muito imprevisível e nunca se sabia quando poderia querer conversar com o cliente e nem todos eram como Josef, que podia marcar hora. Leni mostra o quarto de Block, um cubículo de teto baixo sem janelas, totalmente tomado por uma cama estreita. Antes de o procurador ver o advogado, Block exige-lhe a retribuição do segredo e o procurador diz que vai demitir Huld. Block reage aos gritos, assustado, e Leni tenta impedi-lo quando ele se põe a caminho.

“- Ele vai dispensá-lo! – exclamou o comerciante, saltando da cadeira e correndo pela cozinha com os braços erguidos.

Bradava sem parar:

- Ele vai dispensar o advogado!

Leni quis se precipitar sobre K. naquele momento, mas o comerciante se pôs no seu caminho, motivo pelo qual ela lhe desferiu um golpe com os punhos. Depois, com os punhos ainda cerrados, correu atrás de K., que no entanto levava sobre ela uma grande vantagem. Já tinha entrado no quarto do advogado, quando Leni o alcançou. A porta estava praticamente fechada atrás dele, mas Leni, que a mantinha aberta com o pé, agarrou-o pelo braço, querendo puxá-lo de volta. Ele, porém, apertou o pulso dela com tanta força, que ela teve de soltá-lo com um gemido. Não ousou entrar no quarto, e K. fechou a porta com a chave.” (págs. 223-224)

Huld tenta justificar o comportamento de Leni alegando que ela *“acha a maioria dos acusados belos”*. K. diz que sabe tudo sobre os casos de Leni com os acusados. Réus, no final das contas, são atraentes, mesmo Block, *“esse miserável”*, enfatiza o causídico. Josef diz ao advogado que está farto dele e o acusa de não ter feito nada. O causídico insiste em que nada acontece em caso nenhum.

“- A partir de um certo momento da prática profissional – disse o advogado, calmo e em voz baixa – não acontece mais nada de essencialmente novo. Quantos clientes em fases semelhantes do processo ficaram em pé diante de mim, numa postura semelhante à do senhor, falando de maneira semelhante!

- Então – disse K. – todos esses clientes semelhantes tinham tanta razão quanto eu. Isso não me contradiz de forma alguma.” (pág. 229)

Para valorizar o caso de K., Huld declara só tratar de casos que lhe digam respeito de perto, que era o caso de Josef, sobrinho de seu amigo Albert (ou Karl). Como nem assim consegue impressionar, o advogado manda chamar Block para lhe mostrar como são tratados os outros acusados. Ao chegar, Huld o humilha, grita que o caso dele era difícilíssimo, que não havia nem começado e que a corte o julgava perdido, mas que ele, Huld, ainda estava lutando por ele. Block demonstra sua gratidão ajoelhando-se e beijando a mão do advogado. Leni em seguida, a pedido do advogado, faz um relatório do comportamento de Block naquele dia, como quem relata os feitos de uma criança.

“- Só uma vez ele pediu para beber água. Aí eu lhe estendi um copo pelo postigo. Então, às oito horas, eu o deixei sair e lhe dei alguma coisa para comer.” (pág. 239)

Josef K. julga ter presenciado um “teatro” e permanece inamovível de sua decisão.

Capítulo Nono

Na catedral.

Josef K. é solicitado por seus superiores a mostrar a catedral a um italiano, amigo do banco. Tenta preparar-se para a tarefa estudando italiano, mas desiste. Na hora marcada para o encontro, às dez, chovia e a praça da catedral estava vazia. K. lembrou-se de que *“ainda criança, havia chamado sua atenção o fato de que, nas casas dessa praça estreita, quase todas as cortinas das janelas estavam sempre corridas”*. Josef entra na igreja e não encontra o italiano; só uma velha mulher embrulhada num xale quente, ajoelhada diante de uma estátua da Virgem Maria. Fora da igreja, agora, chovia torrencialmente. Enquanto perambula pela catedral escura, percebe um velho sacristão manco que o observa e lhe aponta alguma coisa com acenos de cabeça. Josef então percebe na escuridão um jovem sacerdote debruçado sobre o peitoril de um pequeno púlpito *“tão pequeno que de longe parecia um nicho ainda vazio, destinado a acolher uma estátua de santo”*, preparando-se para fazer um sermão para uma igreja vazia e às onze da manhã. Estranha que se utilize justamente aquele púlpito, quando havia outro maior.

Tenta sair, mas surpreendentemente o padre o chama pelo nome: “Josef K.” K. se aproxima e o padre, do púlpito, diz que é “capelão do presídio”. Fala de seu caso, anunciando que vai de mal a pior.

“Consideram-no culpado. Talvez o seu processo não ultrapasse nem mesmo um tribunal de nível inferior. No momento, pelo menos, consideram provada a sua culpa.

- Mas eu não sou culpado – disse K. – É um equívoco. Como é que um ser humano pode ser culpado? Aqui somos todos seres humanos, tanto uns como outros.

- É verdade – disse o sacerdote. – Mas é assim que os culpados costumam falar.

- Você também tem prevenção contra mim? perguntou K.

- Não tenho nenhuma prevenção contra você – disse o sacerdote.

- Eu lhe agradeço – disse K. – Mas todos os outros que participam do processo têm prevenção contra mim. Transmitem-na até àqueles que não participam dele. Minha situação fica cada vez mais difícil.

- Você se equivoca quanto aos fatos – disse o sacerdote. – A sentença não vem de uma vez, é o processo que se converte aos poucos em veredicto”. (pág. 258)

K. reage dizendo que nos próximos dias iria buscar mais ajuda. O padre retruca: “*Você procura demais a ajuda entre estranhos – disse o sacerdote, em tom de desaprovação – principalmente entre as mulheres. Não percebe que não é essa a ajuda verdadeira.*”

O padre desce do púlpito e eles começam a andar pela catedral à luz de uma lamparina que o padre carrega. Conta a parábola “Diante da Lei”

‘_Em relação ao tribunal você se engana – disse o sacerdote. – Nos textos introdutórios à lei consta o seguinte, a respeito desse engano: Diante da lei está um porteiro. Um homem do campo dirige-se a este porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde. “É possível”, diz o porteiro, “mas agora não”. Uma vez que a porta da lei continua como sempre aberta, e o porteiro se põe de lado, o homem se inclina para olhar o interior através da porta. Quando nota isso, o porteiro ri e diz: ‘Se o atraindo, tente entrar apesar da minha proibição. Mas veja bem: eu sou poderoso. E sou apenas o último dos porteiros. De sala para sala, porém, existem porteiros cada um mais poderoso que o outro. Nem mesmo eu posso suportar a visão do terceiro’. O homem do campo não esperava tais dificuldades: a lei deve ser acessível a todos e a qualquer hora, pensa ele; agora, no entanto, ao examinar mais de perto o porteiro, com o seu casaco de pele, o grande nariz pontudo e a longa barba tártara, rala e preta, ele decide que é melhor aguardar até receber a permissão de entrada. O porteiro lhe dá um banquinho e deixa-o sentar-se ao lado da porta. Ali fica sentado dias e anos. Ele faz muitas tentativas para ser admitido, e cansa o porteiro com os seus pedidos. Muitas vezes o porteiro submete o homem a pequenos interrogatórios, pergunta-lhe a respeito da sua terra e de muitas outras coisas, mas são perguntas indiferentes, como as que costumam fazer os grandes senhores, e no final repete-lhe sempre que ainda não pode deixá-lo entrar. O homem, que havia se equipado para a viagem com muitas

coisas, lança mão de tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Este aceita tudo, mas sempre dizendo: 'Eu só aceito para você não achar que deixou de fazer alguma coisa'. Durante todos esses anos, o homem observa o porteiro quase sem interrupção. Esquece os outros porteiros e este primeiro parece-lhe o único obstáculo para a entrada na lei. Nos primeiros anos, amaldiçoa em voz alta o acaso infeliz; mais tarde, quando envelhece, apenas resmunga consigo mesmo. Torna-se infantil, e uma vez que, por estudar o porteiro anos a fio, ficou conhecendo até as pulgas da sua gola de pele, pede a estas que o ajudem a fazê-lo mudar de opinião. Finalmente, sua vista enfraquece e ele não sabe se de fato está escurecendo em volta ou se apenas os olhos o enganam. Contudo, agora reconhece no escuro um brilho que irrompe inextinguível da porta da lei. Mas já não tem mais muito tempo de vida. Antes de morrer, todas as experiências daquele tempo convergem na sua cabeça para uma pergunta que até então não havia feito ao porteiro. Faz-lhe um aceno para que se aproxime, pois não pode mais endireitar o corpo enrijecido. O porteiro precisa curvar-se profundamente até ele, já que a diferença de altura mudou muito em detrimento do homem. 'O que é que você ainda quer saber?', pergunta o porteiro. 'Você é insaciável'. 'Todos aspiram à lei', diz o homem. 'Como se explica que, em tantos anos, ninguém além de mim pediu para entrar?' O porteiro percebe que o homem já está no fim, e para ainda alcançar sua audição em declínio, ele berra: 'Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a' ". (pág. 261-263)

Josef e o padre debatem o significado da história. K. acha que o porteiro enganou o homem do campo. O padre insiste que não e que ele só estava cumprindo sua missão e que estava cômico e orgulhoso do seu ofício. Lembra a K. também que os intérpretes da passagem acreditam que *"a compreensão correta de uma coisa e a má compreensão dessa mesma coisa não se excluem completamente"* e que talvez quem tenha sido enganado de fato seria o porteiro que nada saberia sobre o interior da lei e, diferentemente do homem do campo que é livre, estaria *"preso ao seu posto pela função que desempenha; não pode se afastar, mas segundo todas as aparências também não tem permissão para ir ao interior da lei mesmo que quisesse"*, logo o verdadeiro subalterno seria ele e não o homem do campo. Emenda dizendo que outras opiniões, no entanto, discordam.

"Sendo assim, não se pode também acreditar que o porteiro esteja subordinado ao homem. Ficar preso por ofício, mesmo que seja só à entrada da lei, é incomparavelmente mais do que viver livre no mundo. O homem do campo apenas chega à lei, o porteiro já está lá. Foi incumbido pela lei de realizar um serviço; duvidar da sua dignidade seria o mesmo que duvidar da lei.

- Não concordo com essa opinião – disse K., balançando a cabeça. – Pois se se adere a ela, é preciso considerar como verdade tudo o que o porteiro diz. Que isso, porém, não é possível, você mesmo fundamentou pormenorizadamente.

- Não- disse o sacerdote – Não é preciso considerar tudo como verdade, é preciso apenas considerá-lo necessário.

- Opinião desoladora – disse K. – A mentira se converte em ordem universal." (pág. 269)

A igreja já totalmente escura, K. decide ir embora, alegando ter deixado trabalho por fazer. O padre lhe diz que ele, o padre, também pertence à corte, que não quer nada com ele e permite que ele saia quando quiser.

“O sacerdote tinha se afastado apenas alguns passos, mas K. gritou bem alto:
- Por favor, espere mais um pouco!
- Eu espero – disse o sacerdote.
- Quer mais alguma coisa de mim? – perguntou K.
- Não – disse o sacerdote.
- Antes você foi tão amável comigo disse K. – Explicou-me tudo, mas agora me despede como se eu não significasse nada para você.
- Você precisa ir embora – disse o sacerdote.
- É verdade – disse K. – Você precisa compreender.
- Você precisa primeiro compreender quem eu sou – disse o sacerdote.
- Você é o capelão do presídio – disse K. aproximando-se do sacerdote.
Seu regresso imediato ao banco não era tão necessário, como ele havia exposto; podia muito bem permanecer ali por mais algum tempo.
- Pertenço pois ao tribunal – disse o sacerdote. – Por que deveria querer alguma coisa de você? O tribunal não quer nada de você. Ele o acolhe quando você vem e o deixa quando você vai.” (pág. 271)

Capítulo Décimo

O fim.

Na véspera do seu trigésimo primeiro aniversário, por volta das nove da noite, dois homens de casaca, lívidos e gordos procuram K. no seu apartamento. Josef os recebe com naturalidade: *“- Então os senhores é que me foram destinados? – perguntou”....”- Em que teatro os senhores trabalham?”* Cada um segurando rigidamente um braço, saem com ele pela cidade como se os três homens fossem um bloco único. No caminho, K. percebe a senhorita Bürstner vindo na sua direção. Ele a observa vindo até ela desaparecer numa transversal escura.

Chegam finalmente a uma pedreira abandonada. Os homens despem Josef de seu paletó e camisa e o deitam com a cabeça sobre uma pedra. Aparece uma faca de açougueiro *“comprida, fina e afiada dos dois lados”* que ele passam um para o outro. Aparentemente, eles esperam que Josef K. tome a faca e a enterre no próprio peito, mas ele não o faz, fixando a vista à distância numa pessoa na janela de uma casa com a luz acesa. Seria um amigo? Onde estaria o juiz e a alta corte que ele nunca conseguiu alcançar? Josef K. ergue as mãos e estica todos os dedos.

“Mas na garganta de K colocavam-se as mãos de um dos senhores, enquanto o outro cravava a faca profundamente no seu coração e a virava duas vezes. Com olhos que se apagavam, K. ainda viu os senhores perto de seu rosto, apoiados um no outro, as faces coladas, observando o momento da decisão.
- Como um cão – Disse K.
Era como se a vergonha devesse sobreviver a ele.” (pág. 278)

(Resumo feito por José Monir Nasser. Os trechos citados são da edição “O Processo” da Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1997, tradução de Modesto Carone).